



REVISTA
DE
CULTURA
VISUAL

Identidade, memória e a ecranização. O indivíduo e a experiência na era hipermoderna

Ana Oliveira

Resumo:

Enquanto aspetos indissociáveis, a identidade e a memória do indivíduo congregam uma importância social de grande relevo – enquanto molda o indivíduo, a memória é também moldada por ele e pela sua experiência. É através desta ligação e da dialética por elas produzida, que memória e identidade conduzem a trajetória da história do indivíduo e produzem a narrativa que traduz a sua essência.

A par disso, a crescente preponderância do ecrã no dia-a-dia tem vindo a ditar alterações profundas na vida socioeconómica e no próprio comportamento dos cidadãos. Nos ecrãs tudo flui, neles tudo ganha sentido – o real, o discurso e a imagem ganham forma. O poder decorrente e produzido pelo ecrã ultrapassa já, nos dias de hoje, o domínio da Comunicação – ocupa o lugar de centro de ação, de vida, centro performativo – lugar bem patente na máxima “se não passou na televisão, não aconteceu”.

Acreditando que a leitura feita dos acontecimentos e o modo como a experiência é vivida através do ecrã moldam a forma como o indivíduo constrói as suas memórias e a sua própria identidade, este artigo procura compreender a Comunicação como processo de construção de sentido para o Indivíduo, a construção da identidade do Eu através da ecranização da experiência e a influência do ecrã na construção da memória. Tomando como base os estudos da recepção (codificação/ decodificação), da memória e construção da memória, da identidade e reconhecimento, o intuito último deste trabalho é delinear pontos de cruzamento e alterações nas ligações existentes entre quatro aspetos-chave da investigação em Ciências da Comunicação – identidade, memória, ecranização e experiência.

Palavras-chave: identidade; memória; ecranização; experiência.

**Abstract:**

As inseparable aspects, the Individual's lidentity and the memory congregate a major social importance - while molding the individual, the memory is also shaped by him and his experience. It is through this connection and the dialectic produced by them that memory and identity lead the trajectory of the individual's history and produce the narrative that expresses its essence.

In addition, the increasing preponderance of the screen on a daily basis has led to profound changes in socio-economic life and in the citizen's very behavior. In the screens everything flows, in them everything makes sense - the real, the speech and the image take shape. The power deriving from and produced by the screen now exceeds the domain of communication – it occupies the center of action, of life, performative center – a place well evident in the expression "if it wasn't on television, it did not happen."

Believing that the reading of the events and the way experience is lived through the screen shape the way the individual constructs its memories and identity, this article reflects on Communication as a process of meaning construction for the individual, the Self's identity construction through the experience's screening and the influence of the screen in the memory construction. Based on the reception studies (coding/decoding), memory and memory construction, identity and recognition, the ultimate aim of this work is to delineate points of intersection and changes in the links between four key aspects of Communication - identity, memory, screening and experience.

Keywords: identity; memory; screening; experience.

Introdução

Identidade e memória congregam uma importância social de grande relevo. Enquanto denominadores que se “conjugam, se nutrem mutuamente” e que se apoiam para “produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (Candau, 2014: 16), surgem ao longo da compreensão humana como aspetos mutáveis, adaptáveis e que se vão construindo ao longo do seu percurso. De facto, a relação e a dinâmica, por elas produzidas conduzem a trajetória da história do ser humano, ao longo da qual este vai fabricando a narrativa que caracteriza a sua identidade.

Mas o espaço da narrativa alterou-se. Da experiência física e vivida pelo indivíduo, hoje a sua construção passa pela influência e pelo impacto crescente que o ecrã tem, quer na forma como a informação é recebida, quer na forma como a experiência do indivíduo é vivida.



Numa época em que o ecrã assume uma responsabilidade no ato de ditar o real, questionamos se a identidade e a memória estarão a ser condicionadas pelas imagens projetadas pelos ecrãs do mundo – condicionará a informação segmentada, e cada vez mais dissecada, a construção das nossas narrativas enquanto cidadãos? Será ela determinante para a forma como construímos as nossas memórias (individuais e coletivas)? Terá, nesta era da ecranização e da hipermodernidade, a memória adquirido uma nova dimensão e importância para a construção da(s) identidade(s) do indivíduo?

1. A codificação, os média e a construção da identidade

As identidades são os nomes atribuídos às diferentes formas como somos posicionados por e nos posicionamos dentro das narrativas do passado. (Hall, 1994: 225)

Debruçando-se em duas questões cruciais para a compreensão da circularidade (da informação e do próprio sistema social), Stuart Hall centra os seus estudos sobre a receção no modelo da codificação e da descodificação, entendendo, pela primeira vez, os indivíduos como fontes de produção de sentido e signos, decorrentes da sua reinterpretação, assimilação e descodificação de mensagens previamente encriptadas. A abordagem do autor trata a relação existente entre os produtos dos média (a informação/ mensagens produzidas) e o recetor (consumidor). Não sendo esta transmissão direta e acreditando no papel ativo da audiência, Hall realça o facto de o processo comunicativo ser construído ao longo de diversos momentos, durante os quais ocorrem passagens e transmissões de formas. É no decurso destes instantes que o significado da mensagem se vai desenhando – uma vez que o significado criado pelos produtores não é então necessariamente o significado compreendido pelo recetor (Davis, 2004). A par das questões técnicas relacionadas com a disponibilidade, a escolha da localização para a gravação das peças informativas, entre outros (tais como questões como as condições inerentes à prática profissional, pressupostos e valores) são aspetos parecem influenciar o significado geral e a relação criada entre a audiência e o ecrã - significados, representações e reinterpretações da informação colhida.

Hall menciona, ainda, a construção/reconstrução de sentido das questões políticas, realçando a impossibilidade de estruturação de significados fixos e lógicas globais determinantes. A descodificação de um significado não é fixa e depende sempre do contexto em que este se insere (Davis, 2004). Produzida através de veículos simbólicos, a própria comunicação rege-se por regras linguísticas que impactam o seu sentido. O



significado da mensagem transmitida pode, assim, aos olhos de Hall, adquirir diferentes significados, sendo codificada ou decodificada de formas distintas. Stuart Hall refere também o contexto social e cultural dos recetores e a forma como os próprios média utilizam esse bem simbólico, transformando-o numa narrativa com um valor abstrato e aberta a interpretações.

Além disso, encontrando-se a globalização associada à ideia de compressão do tempo e do espaço, os acontecimentos decorridos num determinado lugar alcançam e afetam pessoas e regiões de lugares longínquos (Hall, 1996), fenómeno facilitado pela velocidade e pelo alcance dos meios (de comunicação e transporte), que promovem uma crescente difusão de culturas, ideologias, estilos de vida, religiões, entre outros (Rodrigues, 2011).

Logo, urge compreender: estarão as mudanças dos hábitos de consumo mediático, a forma como o indivíduo acede à informação e as alterações dos contextos socioeconómicos em que se insere a condicionar a forma como constrói a sua identidade e a sua memória?

O papel crescentemente ativo do indivíduo-recetor faz com que este esteja cada vez mais preparado para questionar a informação recebida – o papel passivo do recetor parece pertencer, assim, ao passado. A par disso, em Hall o conceito de sujeito toma por base a fragmentação de que é alvo o Homem moderno – a fragmentação de paisagens culturais, da nacionalidade, da sexualidade, da etnia, entre outros códigos que têm vindo desde o final do século XX a afetar o Indivíduo, alteram as suas localizações e a forma como este se posiciona e como vê o mundo. Encontramo-nos perante uma descentração do indivíduo – as relações que estabelece com o mundo social e consigo mesmo alteraram-se (Davis, 2005). Influenciado por Foucault, o centro de poder único perde em Hall a sua força – na era moderna, o sujeito encontra-se sob a alçada de uma multiplicidade de centros de poder que lutam pela sua influência (Hall, 2005). Acreditando que um dos centros de poder pode, neste momento, ser ocupado pelo(s) ecrã(s) – considerando a sua presença, quase que, afeta à vida do Indivíduo –, surgem inquietações relacionadas com o seu impacto na memória e na forma como o indivíduo constrói a sua Identidade.

Num paralelismo com o meio teatral, Goffman explica as relações sociais que decorrem num espaço circunscrito. Na realidade, o papel social desempenhado pelo indivíduo não é representado em frente a uma plateia, mas trabalhado de acordo com os papéis desempenhados pelos restantes indivíduos com que se relaciona e que intervêm na representação. O indivíduo adapta o modo como se comporta em situações de interação social procurando transmitir formas de estar e as perceções que pretende que os outros retenham sobre si.



A par das relações de poder existentes, da questão da coerção social e da prisão da vida social à qual os indivíduos se encontram sujeitos no seio de um grupo, Goffman realça ainda a hiper-ritualização da vida moderna que dita comportamentos, originando a perda de naturalidade dos indivíduos e uma padronização dos modos como estes se relacionam e interagem na sociedade – aspetos *sui generis* são transfigurados, tornando-se a leitura do indivíduo simplificada, elementar e mesmo trivial (Goffman, 2002). Desta forma, visto quer como ator, quer como personagem, o Eu não resulta apenas do produto do indivíduo em si, mas encontra, igualmente, as suas origens na encenação que torna possível que este seja compreendido pelo seu público.

Mas esta identidade, esta imagem criada e construída, pode não corresponder à realidade, mas sim a uma identidade social virtual – a dimensão onde se concentram todas as impressões que os outros formam sobre o indivíduo, com conhecimento ou com base em expectativas sobre o mesmo. Numa época onde o direito ao anonimato parece ter deixado de existir, o ecrã transparece um poder de influência que afeta os padrões de comportamento (do indivíduo) e de interpretação e de recordação (pela audiência). A própria construção da sua identidade e da sua memória não escapam hoje ao âmbito da “memória digital”, termo cunhado por Garde-Hansen, Hoskins e Reading (2009), que define o novo conjunto de recordações construídas através dos média digitais – redes sociais, blogues, páginas web, entre outros.

2. Considerações sobre a(s) memória(s)

A temática da memória tem vindo a despertar interesse nas Ciências Sociais desde há vários séculos; mas foi no século XX que esta se transformou num dos conceitos centrais e de maior destaque desta área de estudo. É durante esta época que a área da Filosofia dá início às discussões em torno da memória, focando-as na sua relação com a mente. Bergson é considerado o primeiro autor a dissecar o conceito de memória. Na sua obra, esta surge como um meio para resolver o problema existente entre a alma e o corpo – é, então, considerada, pela primeira vez, como algo profundamente e puramente espiritual. Conceção revolucionária que ia além da matéria e que considerava que o universo jamais poderia ser completamente decifrado pelo indivíduo, o autor entendia que o seu instrumento de raciocínio a integrava – portanto, “o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também (...) é o cérebro que faz parte do mundo material, e não o material que faz parte do cérebro (...) Nem os nervos nem os centros nervosos podem, portanto condicionar a imagem do universo” (Bergson, 1999: 13-14).



A proposta de Bergson divide a memória em dois tipos distintos. O primeiro, a *memória hábito*, replica e repete o passado, sendo automática e encontrando-se inscrita no corpo. Deste modo, é possível contemplar a relação existente entre a memória e as imagens – o corpo desempenha um papel diferente face a diferentes formas de ação, uma vez que mais do que uma relação causa-efeito, a dualidade existente entre o corpo e a imagem representa o princípio fundamental que permite compreender as formas de criação de imagens, bem como os próprios aspetos constitutivos na produção de elementos audiovisuais. A imagem é, pois, memória – a forma como encara e o próprio significado que este constrói em torno dos acontecimentos. O indivíduo extrai dela acontecimentos que marcam a relação estabelecida quer com a sociedade, quer com os restantes objetos existentes.

Por outro lado, Bergson aponta para a existência de uma *memória pura* – uma memória que regista o passado como “lembranças-imagem”, em forma de representações. Sendo de ordem contemplativa e teórica, o passado é aqui reconhecido efetivamente como tal. O autor adota, assim, uma visão filosófica para descrever a forma como a memória pode ser compreendida, apresentando-a como regente de um processo de recordação de imagens e representações que são captadas e assimiladas pelo indivíduo.

Mas a par de Bergson, outros autores debruçaram-se sobre a temática da memória. Discípulo deste, Deleuze (1999) retrata-a como a transformação causada pela perda de referências das imagens, originando uma memória única e sensível – uma dicotomia entre a representação da vida e a representação do passado. Já Portelli (1998, citado em Silveira & Grecco dos Santos, 2016) entende a memória como um processo essencialmente individual que remete para aspetos sociais e padrões culturais, compreendendo dois níveis distintos: *memória individual* e *memória social*. Citando o autor:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é bem assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. (...) a memória é social e pode ser partilhada (...); mas ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. (...) Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea (...), mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. (Portelli, 1998, p. 127, citado em Silveira & Grecco dos Santos, 2016, p. 93).

Pensando uma *memória coletiva* influenciada por ideologias e construída através de uma rede de solidariedade, Portelli realça que um relato não representa a memória coletiva no seu todo – também ela é influenciada por recordações externas, sendo que



a partir destas é influenciada a construção de representações de experiências do passado. Aos seus olhos, também a memória é social. No entanto, apesar de poder ser partilha dentro ou forma de um grupo, esta apenas é passível de ser transferida individualmente.

Mais do que um processo essencialmente individual, a memória é pensada como elemento fundamental que molda a identidade do indivíduo e tolda a sua experiência. As memórias e recordações do indivíduo definem as características que podem ser identificadas ou entendidas como a sua identidade, enquanto que a sua experiência é ofuscada e encoberta, sendo também esta condicionada pelas suas recordações e pelo impacto que estas têm na sua postura social. Este carácter social e cultural da memória advém da interação do indivíduo com o meio social, apesar de a apreensão de experiências através da recordação ser um ato que apenas ao indivíduo diz respeito (Antunes, 2008). No entanto, a influência externa do coletivo não deixa de marcar o Homem na sua individualidade.

No decorrer dos estudos primordiais centrados na temática da memória, o contributo de Halbwachs explorou uma abordagem sociológica que propõe a sua articulação enquanto ligação social e construção da identidade cultural. Deixando de ser abordada como algo íntimo e individual, a memória, aos olhos de Halbwachs (2004), é compreendida como um fenómeno que tem por base uma dimensão coletiva que se encontra sujeita a flutuações, transformações e alterações contínuas, decorrentes das dinâmicas sociais e do grupo. Acreditando que a memória individual existe e parte sempre de uma memória coletiva, o autor defende que todas as lembranças do indivíduo surgem no seio do grupo onde este se insere. Esta memória individual decorre, portanto, daquilo que o autor denominou por *intuição sensível*, um estado de consciência individual.

No entanto, esta memória individual não surge da experiência individual – na sua génese encontram-se a *memória coletiva* e a *memória histórica*, um conjunto de perceções partilhadas por todos os indivíduos da sociedade que têm na sua base as vivências e interpretações sociais e do próprio grupo. Assim, “é na sociedade que os indivíduos normalmente adquirem as suas memórias. É também na sociedade que estes relembram, reconhecem e localizam as suas memórias” (Halbwachs, 1992: 38). Enquanto fenómeno social, a memória é construída e reproduzida de forma coletiva ao longo do tempo e a identidade do indivíduo reflete todo o investimento efetuado pelo coletivo na construção da memória. Compreende-se, então, que a memória coletiva se encontra na base da construção da identidade, reforçando o sentimento de pertença do indivíduo a um grupo e à sociedade em si.



Apesar da base estruturante da *memória coletiva e social* ser constituída pelas transformações e mutações sociais constantes, não é possível ignorar a existência de acontecimentos constituintes da memória que não são alvo de variações – existem elementos recorrentes na recordação passada dos indivíduos que, a certo ponto da sua recordação, se constituem como partes integrantes da sua história (Pollack, 1992). Pollack realça dois elementos essenciais na memória – os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos pelo grupo ao qual o indivíduo pertence. É, assim, possível que um acontecimento político, social, ou histórico origine “um fenómeno de projeção ou de identificação (...) tão forte que podemos falar de uma Memória quase herdada” (Pollak, 1992: 2).

Acontecimentos, personagens, lugares, constituem também a memória do indivíduo, podendo ter origem em fenómenos de transferência – apesar de não serem vividos ou encontrados ao longo da vida, não tendo pertencido “necessariamente ao espaço-tempo da pessoa” (Pollak, 1992: 2), transformam-se em imagens familiares. Datas públicas e eventos nacionais e internacionais, tornam-se parte da história de vida e elementos integrantes da memória do indivíduo.

Ora, acreditamos que esta *memória histórica* também advém e é influenciada pela literacia mediática dos indivíduos – a sua capacidade de desconstrução dos eventos. A ausência desta competência não só dificulta a compreensão dos acontecimentos, como também conduz à construção de imagens, concepções, ideias e perceções deturpadas, face àquela que pode ser considerada a realidade. Halbwachs (2004a) realça aqui ainda o facto de existir um fundo coletivo e social da memória – não existindo compreensão ou proximidade de uma desconstrução da realidade que permita que o indivíduo assimile e recorde a informação recebida, não existe memória. Assim, não é possível recordar nenhum acontecimento fora da esfera da sociedade, uma vez que a recordação é sempre efetuada com recurso a outros elementos. A diferença da consciência de cada indivíduo origina um sentimento de pertença ao grupo que influencia a sua perceção e o seu comportamento.

No entanto, a capacidade de leitura do indivíduo não decorre apenas da sua experiência enquanto membro de um determinado grupo social (Halbwachs, 2004a). Halbwachs questiona os níveis de espírito (auto) crítico dos indivíduos, critério que impacta a sua capacidade de compreender a utilidade dos seus contributos. A literacia mediática de um indivíduo congrega mais do que a simples compreensão dos factos, da capacidade de os pensar e discutir criticamente – poderá o indivíduo compreender totalmente um evento sem ter adquirido, durante a fase de descodificação, a capacidade de o discutir e colocar em causa? Questionamos, pois, a influência do ecrã na construção da identidade do indivíduo. A sua memória afetará a leitura que faz dos acontecimentos?



De que forma está, hoje, presente o ecrã na experiência e na vida do indivíduo, e de que modo tolda e molda a sua memória e identidade?

Joel Candau (2008) reafirma no ensaio “Memória e Identidade” as ideias expostas nos seus trabalhos anteriores, nomeadamente que identidade e memória são aspetos indissociáveis, permitindo a conjugação de ambas uma autoconsciência da duração, do tempo. A par disso, enfatiza o facto de também a Memória não existir sem a identidade, uma vez que “o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tiver *a priori* um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele” (Candau, 2008: 138). O mesmo autor salienta, ainda, o consenso existente entre os autores das Ciências Sociais relativamente ao facto de a identidade ser uma construção social, permanentemente redefinida numa relação dialógica com o Outro – eu sou aquilo que a minha relação com o Outro me leva a ser; construo a minha identidade tendo por base a relação que estabeleço com o Outro.

Recuperando Halbwachs (2004b), enquanto construção social a memória é seletiva; ou seja, o indivíduo tem a capacidade de apenas recordar os aspetos que considera importantes para o seu grupo (e para si mesmo), reivindicando a formação da sua identidade – a partir desta – as suas experiências coletivas. Memória e identidade são, assim, compreendidas como fenómenos, categorias criadas ou desenvolvidas pela sociedade e pela prática social, que moldam a inscrição na história dos grupos e dos próprios indivíduos.

Apesar da atualidade da teoria desenvolvida por Halbwahcs – no que diz respeito ao modo como os grupos constroem a sua memória coletiva, bem como o facto de esta manter o sentimento de coesão e de identidade entre os membros, distinguindo-os dos restantes –, o crescimento e a massificação dos meios de comunicação trazem novas variáveis ao seio da discussão, impondo reflexões centradas no conceito da construção da memória coletiva.

Os desenvolvimentos recentes da tecnologia digital originaram mudanças culturais de grande impacto e realçaram a proeminência da cultura visual no nosso quotidiano (Mirzoeff, 2003). Mas mais do que a alteração decorrente da primazia crescente do digital no quotidiano, a crescente ocupação do espaço e do tempo do cidadão pelo ecrã, juntamente com a apropriação das experiências transcritas e realçadas pelos meios de comunicação, são cada vez mais evidentes – a força das imagens tolda o discernimento e condiciona a memória do indivíduo.

Assim, a importância do desenvolvimento do espírito crítico – como descrito por Halbwahcs – torna-se uma necessidade latente: a absorção das perceções e dos elementos socioculturais com que o indivíduo se confronta diariamente deverá ser



seletiva, refletindo-se na construção da sua identidade, apenas os aspetos relevantes resultantes da influência dos média na nossa memória visual.

Questionamos, desta forma, qual a relação existente entre a memória e a construção da identidade do indivíduo, considerando as suas diferentes dimensões. Bezerra de Meneses (1984: 33) descreve a memória como um apoio essencial à identidade do indivíduo, desempenhando um papel de “mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se num eixo de atribuições que articula, categoriza os aspetos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”. A par disso, o autor acrescenta que “se a memória costuma ser automaticamente correlacionada com mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento, a memória humana é impossível (Meneses, 1992: 16). Desta forma, é através das perceções e das recordações de eventos passados que o indivíduo é identificado socialmente, conhecendo-se e reconhecendo-se.

Podemos, logo, compreender a memória, o tempo e a identidade como aspetos fundamentais ao indivíduo – através deles é gerado sentido, organização social e unificação dos grupos, tendo por base referenciais simbólicos que lhes são familiares. Recuperando, ainda, Bergson, a compreensão do papel é também relevante para o entendimento da interação entre os três elementos em estudo – memória, identidade e experiência. Em *Matéria e Memória* (Bergson, 2006) o autor defende que o papel desta (da memória) é eliminar do conjunto de imagens todas aquelas sobre as quais não teria nenhuma influência e, posteriormente, retirar de cada uma destas imagens tudo aquilo que não importa às necessidades de imagem que designam o corpo. A memória surge em Bergson como uma função cerebral, sendo que entre a representação e a lembrança existe apenas uma distinção em termos de intensidade. O lugar, portanto, ocupado pela representação e pela lembrança é semelhante, distinguindo-as apenas a força que estas ocupam na mente do Homem – a representação condicionando atitudes, e a lembrança regulando as imagens presentes na mente do indivíduo.

Bergson fala-nos, logo, de uma memória enquanto estado de progresso do presente ao passado, ao invés de um estado de regressão – a memória é o estado que colocamos à saída.

Partimos de um ‘estado virtual’ que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de planos de consciência diferentes, até o termo em que se materializa numa perceção atual (...) o ponto em que se torna um estado presente e atuante. (Bergson, 1999: 280)



A localização na memória exige que esta seja descrita através de uma expansão crescente na sua integralidade e num espectro suficientemente amplo que permita que esse detalhe do passado tenha destaque ou aí apareça mencionado. A percepção do presente não pode existir sem a lembrança, sendo essa ideia a que garante a continuidade entre passado e presente.

Na verdade o passado conserva-se por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele segue-nos a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que se irá juntar a ele, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora. (Bergson, 2006: 47)

Aprofundando o conceito de Memória coletiva desenvolvido por Halbwachs, Candau (2012) recupera algumas contribuições, propondo uma nova avaliação dos conceitos de memória e identidade. Na sua visão, a Antropologia desempenha um importante papel ao nível da compreensão destes dois conceitos, uma vez que é a partir de dados empíricos, que se torna possível perceber de que forma os indivíduos partilham práticas, representações, narrativas, recordações – como partilham a sua cultura.

Candau debruça-se, ainda, sobre o fenómeno que catalisa a passagem das formas individuais de memória e identidade às formas coletivas. Para o autor, os conceitos de memória e identidade são indissociáveis das noções contemporâneas que os indivíduos congregam sobre conservação e restauração, uma vez que “o património é uma dimensão da memória” (Candau, 2012: 16)

Candau discute também sobre a existência de três níveis de memória individual – a memória de baixo nível (*protomemória*), a memória de alto nível (*memória de evocação*) e a *metamemória*. Enquanto as duas primeiras se podem incluir no campo da memória individual, o autor descreve a última dimensão como aquela em que seria possível partilhar as memórias individuais de forma coletiva – a dimensão na qual o conceito de identidade se encontra ancorado, sendo que congrega a representação que o indivíduo faz da sua própria memória. Aos seus olhos, a *memorialização* do mundo encontra-se intrinsecamente relacionada com determinado nível de ordenamento temporal, sem o qual, principalmente as noções de origem e acontecimento, nenhuma identidade poderia existir.

Não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração. (...) Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele. (Candau, 2008: 138)



3. Os tempos hipermodernos e o poder da ecranização

A sociedade hipermoderna apresenta-se como uma sociedade onde o tempo é vivido cada vez mais como uma grande preocupação, na qual se exerce e se generaliza uma pressão temporária crescente.

Lipovetsky (2008)¹

Guiado através de um percurso dinâmico no ambiente que o envolve totalmente, e onde o ecrã ocupa um lugar primordial enquanto fonte de informação, o indivíduo tem nele um dos principais veículos e catalisadores do estilo de vida moderna – a realidade inevitável e exponencial de que o ecrã disfruta, desempenha um papel legitimador, agregador e regulador. Neste sentido, Lipovetsky realça que, como consequência da proliferação física, aspetos como a existência e o trabalho da humanidade sofreram alterações profundas. O lugar ocupado pelo ecrã na vida pessoal e profissional de grande parte dos indivíduos é de extrema importância – passamos hoje mais horas em frente ao ecrã do que a desenvolver qualquer outra atividade. Decorrente desta nova dinâmica, Lipovetsky denota o surgimento de novas linguagens, novas perceções, novas funções, novos consumos, algo que descreve como “uma nova cultura”.

Na era contemporânea os ecrãs – “a base da hipermodernidade” (Lipovetsky, 2008: 91) – proliferam, não significando necessariamente um empobrecimento do pensamento ou da estética. Lipovetsky compreende que esta difusão corresponde, sim, a um modelo inédito e de inteligibilidade da cultura, significando uma maior facilidade de compreensão e de assimilação da realidade. Ocupando um lugar primordial, quer na construção das perceções – memória –, quer na construção de significados – experiência –, o ecrã afirma-se como a realidade de onde o indivíduo deve beber, bem como o lugar onde se encontra tudo o que este conhece. A veracidade e a importância de determinado acontecimento são justificadas pelo seu aparecimento no ecrã – relembramos a velha máxima “se não passou na televisão, então não aconteceu”.

Lev Manovich (1995) reforça a importância do ecrã na proliferação da informação. Afirma que é esperado que o indivíduo-espectador foque a sua atenção na informação transmitida pela tela, isto, em detrimento do espaço físico exterior, uma vez que as suas atenções se concentrarão na representação constituída pelo ecrã. Totalmente imerso, o espectador isola-se do espaço físico que o rodeia, concentrando-se na realidade trabalhada e representada pelo ecrã. A perda de significado (no espaço físico) encontra-se, então, patente numa sociedade cada vez mais ecranizada - vivemos uma expansão da lógica do ecrã, como meio de contacto essencial com a realidade.

¹ Retirado de <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAUVuUAG/gilles-lipovetsky-os-tempos-hipermodernos>



Questionamos, pois, a forma como o Homem se adapta a esta crescente ecranização e a forma como esta adaptação altera a construção da sua memória e identidade. As alterações dos padrões de sociabilidade decorrentes do impacto do ecrã, modelam esta nova forma de construção da memória individual e coletiva e da identidade do indivíduo – o ecrã retrata o que acontece, dá a conhecer ao indivíduo o mundo onde vive, mostra-lhe quem é e, assim, ajuda-o a construir a sua identidade.

Em *Cultural memory and identity*, Bommas (2011: 3) recupera Anthony Smith e os seus estudos sobre as memórias e histórias partilhadas, descrevendo-as como “provavelmente o elemento essencial em qualquer tipo de identidade humana”. A experiência partilhada e a interpretação (a descodificação, segundo Hall) são uma parte crucial e fundamental de qualquer processo de constituição de um grupo. O resultado deste processo é a sua identidade – uma identidade partilhada, em constante evolução, que cria significado e que traz coesão ao grupo e aos indivíduos que o constituem. Bommas explica ainda que os média que encapsulam material de referência para uma modelação contínua da identidade, devem permitir interesses renovados na história. Neste ponto, o conceito de memória cultural cunhado por Jan Assman (2008) (que foca os aspetos simbólicos da memória cultural, enfatizando o seu papel na construção de identidades), ganha uma nova dimensão.

Explorando os conceitos e a relação entre média e memória e a mediação na construção da memória (individual e coletiva), Garde-Hansem (2011) explica que esta se torna verdadeiramente coletiva com o surgimento dos meios de comunicação de massa, uma vez que é através desta massificação que a coletividade é verdadeiramente impulsionada. Assim, da memória do coletivo pré-meios de comunicação massiva, a memória coletiva passa a ser entendida como uma construção social impulsionada pelos média e pela sua propagação. Mas mais do que a memória coletiva e da sua importância para a construção da identidade do indivíduo, a memória individual torna-se cada vez mais moldada (ou toldada) pelos média: a facilidade de acesso a acontecimentos e histórias de vida de todo o mundo, histórias comumente distantes que afetam o indivíduo, moldam a sua visão, condicionando a sua perceção do mundo. É através dos ecrãs do mundo que o invisível se torna visível (Thompson, 2005). O processo de mediação desempenha aqui um papel fundamental: através dele, os acontecimentos ganham vida e “podem tornar-se parte da sua memória”. As pessoas relembram “eventos públicos que ganham significado social e que são reconhecidos, como tendo valor cultural como evento coletivo” (Meyers, Neiger, Zandberg, Hoskins & Sutton, 2011: 16) – a dimensão imprimida nos eventos públicos (históricos, políticos, culturais, entre outros) desenha o significado social que estes irão representar para os indivíduos. Os média desempenham, assim, o papel de “primeiros rascunhos da



história” (Garde-Hansem, 2011) – são eles (imprensa, o rádio e a televisão) que escrevem, relatam, traduzem e colocam nas agendas os acontecimentos que integram a história e que, assim, devem constituir o conhecimento e memória do indivíduo.

No entanto, a relação existente entre mídia e memória continua a ser complexa. Garde-Hansen vê a memória como uma vertente da vida quotidiana que depende e é condicionada pelos média (2011). Djick (2007: 2) realça que “a memória e os média têm ambos vindo a ser referidos metaforicamente como reservatórios, guardando as nossas experiências e o conhecimento para erro futuro”. Já Meyers e colegas (2011: 1) refletem sobre uma “memória mediática” que encaram como a “exploração sistemática de passados coletivos que são usados pelos média, através do uso dos média e sobre os média”.

Os média são, assim, compreendidos como o veículo mais eficaz de recordação coletiva das sociedades modernas (Meyers et al., 2011). Estes fortalecem a memorização, atribuindo significado, e impulsionando a espetacularização. Apesar da distância geográfica e cultural, recordamos eventos como o 11 de Setembro, a morte da Princesa Diana, a Crise Refugiados, a Crise de Timor, o Tsunami da Tailândia de 2004 como eventos que nos são familiares, que fazem parte da nossa memória e que condicionam a forma como vemos o mundo. Os meios de comunicação promovem, assim, a recordação (quer coletiva, quer individual), toldando e moldando a perceção, e ditando a postura (experiência) do indivíduo face a esta memória. Realçando a crescente importância do papel da televisão na promoção da recordação, Djick (2007) retrata, ainda, uma construção “tecnologicamente Mediada” – uma memória cada vez mais construída, menos vivida e mais sujeita ao impacto da tecnologia.

Numa era marcada pela Hipermodernidade, Lipovetsky realça o *hedonismo* individualista, o relativismo dos valores, a espetacularização dos eventos e a *superficialização* dos meios de comunicação, descrevendo estes novos tempos como tempos de perturbação. O neocapitalismo desregulado deu origem a uma desregulação e individualização, a um tempo de tirania centrado no presente, no curto-prazo, onde as tradições caem e as utopias políticas se decompõe, vivendo-se uma cultura do imediato, no tempo da pressa. Neste tempo, o indivíduo hipermoderno, vítima do instante presente e de um futuro sem futuro, valoriza o passado, sendo que todo parece digno de recordação. O indivíduo vive, assim, no tempo do presente e da memória histórica.

De facto, nesta era da hipermodernidade, o ecrã ocupa um lugar que tende a transformar, de forma radical e global, o indivíduo e a sua forma de pensar, sentir e agir, levando-o a “olhar o mundo como se fosse cinema, servindo este como lente inconsciente através do qual aquele vê a realidade onde vive” (Lipovetsky, 2007: 27). A melhoria técnica do ecrã permitiu o aumento da sua difusão e do consumo –



massificação global – e um esforço cada vez menor por parte do consumidor. Esta *hipertecnologia* permite, assim, “dar corpo aos sonhos mais loucos, às fantasias mais incríveis e às invenções mais delirantes, e os efeitos especiais têm um papel tão importante como outros estímulos” (Lipovetsky, 2007: 50).

A era da primazia do ecrã caracteriza-se, portanto, pelo aumento dos extremos das sensações, da velocidade, da intensidade descontínua, da sensação direta e imediata e do aumento crucial da proximidade promovida pelas novas plataformas de difusão. Surge um novo consumidor – o *hiperconsumidor* –, que encara uma nova forma de contar a história e uma nova forma de viver a experiência da vida. O passado de ontem dirige-se aos dias de hoje, tornando-se, pelo ecrã, o próprio passado memória problematizada e projetada para o presente.

A própria existência individual vive agora o expoente da sua encenação. Atento ao presente social, o ecrã retrata uma “reflexividade crescente sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o Indivíduo” (Lipovetsky, 2007: 200). Com o aparecimento deste novo homem, o *Homo ecranis*, as mutações e alterações dos ecrãs sucedem-se sequencialmente, conduzindo a uma situação em que “nunca o homem dispôs de tantos ecrãs (...) para viver a sua própria vida” ecrãs que “vêm multiplicar o original, a tela branca do cinema” (Lipovetsky, 2007: 200), promovendo uma visão cinematográfica e encenada do mundo e da vida. Lipovetsky explica ainda que, partindo da realidade do ecrã do cinema, este

Constrói uma perceção do mundo (...) construindo realidade. O que o cinema dá a ver não é somente um outro mundo, o do sonho e do real, mas o próprio mundo transformado num misto de real e de imagem-cinema, um real fora-do-cinema submetido ao molde do imaginário-cinema. Este produz sonho e realidade, uma realidade remodelada pelo espírito do cinema, mas de modo algum irreal. Mesmo que permita a evasão, o cinema também convida a redesenhar os contornos do mundo. (Lipovetsky, 2007: 298)

Conclusão

Ocupando a posição de elemento integrante da rotina diária das pessoas, o ecrã encontra-se, hoje, em toda a parte – dos computadores, à televisão, do cinema aos smartphones, o indivíduo é constantemente confrontado com a sua presença, vendo a sua vida representada num espaço que constrói narrativas e que modela comportamentos. Não assumindo uma posição passiva face a esta presença, a experiência das pessoas aparece retratada num elemento que influencia as perceções do real. Através dos ecrãs a identidade e a memória são, ora construídas, ora moldadas, ora toldadas. Na realidade, mais do que partilhar a realidade com as pessoas, os ecrãs



dão-lhe a conhecer uma versão do mundo. Através deles o indivíduo aprendeu a lidar com os constrangimentos relacionados com o tempo e o espaço, aproximando-se dos seus pares e de uma realidade (coletiva) construída. No ecrã, a distância anula-se, dando lugar a uma proximidade ilusória que conforta o homem: “olhando para o ecrã (...) o utilizador experiencia a ilusão (...) de estar fisicamente presente num outro lugar” (Manovich, 1995: 1, citado por Almeida, 2012).

Num jogo performativo, compreendemos que o ecrã desempenha um papel de mediador (oculto) da relação que o Indivíduo estabelece com o mundo que o rodeia – com a sociedade, com o mundo físico, com os seus pares –, podendo determinar ou plasmar a sua experiência. As pessoas vivem uma realidade proposta através do ecrã, numa espécie de “vida híbrida quotidiana” (Castells, 2010, citado por Almeida, 2012), onde real e virtual se cruzam, se confundem e se nutrem mutuamente.

Num mundo governado por televisões, computadores, tablets e telemóveis, o ecrã comanda o olhar, convocando a atenção, cada vez mais, individualizada do indivíduo, espectador. Depois da era da tela do cinema e da era do ecrã da televisão, em frente aos quais o coletivo se reunia para consumir a informação disponibilizada pelos média, a era do computador pessoal, da televisão interativa e da utilização generalizada da Internet e do smartphone conduzem a uma individualização, uma utilização cada vez mais singular do ecrã. As pessoas detêm nas suas mãos o poder de selecionar crescentemente a informação que desejam consumir, construindo, desta forma, cada vez mais a sua realidade percebida.

Este (o ecrã) surge, portanto, como suporte invasivo, numa época caracterizada pelo aumento dos extremos das sensações, da velocidade e da intensidade (uma Era Hipermoderna). Do tempo da experiência física e vivida exclusivamente pelo indivíduo, este vê-se imergir na idade da construção de narrativas influenciadas e mediadas pelo ecrã, tanto pelo modo, gradualmente, abrangente como recebe a informação, quer pela forma crescentemente *ecranizada* como a sua experiência é vivida. A construção das identidades altera-se, assim, contemplando a influência dos ecrãs do mundo e as modificações que impactam a construção das memórias que se alimentam, não só da experiência física coletiva, mas também da experiência física disseminada pelos média. Profundamente inserido no quotidiano, não comandando de forma estanque o destino do indivíduo que congrega em si o poder último de discernir e de analisar criticamente a realidade, o ecrã parece ter alterado padrões sociais e relacionais. O acesso facilitado e cada vez mais permanente à informação, derrubando as barreiras do tempo e do espaço, cria, não só uma nova perceção do que é o espaço público (onde o coletivo partilha e constrói a sua memória), mas também uma nova perceção daquilo que o indivíduo é (potenciando novas formas de construção de identidades). Realidade



inescapável da atualidade, o ecrã intervém no modo de ser e viver do indivíduo, retratando e representando a realidade.

Nesta nova época, a memória individual torna-se um elemento cada vez mais construído e menos vivido. Por um lado, decorrente do ecrã e da digitalização crescente da memória, as redes sociais apresentam-se, cada vez mais, como arquivos das vivências do quotidiano. O seu significado parece perder-se, sendo que “as ‘audiências’ estão agora, criativamente, a usar as tecnologias digitais para gerar novas formas de recordar” (Garde-Hansen, Hoskins & Reading, 2009: 18). A identidade criada torna-se, também ela, algo artificial. Por outro, a cada vez maior influência dos ecrãs do mundo afeta a memória coletiva dos grupos. A capacidade de construção e de controlo das mensagens, permite uma seleção mais minuciosa da informação, considerando a interação permitida pelos média digitais, que possibilitam “escolher de uma variedade de representações de modo a construir a sua compreensão e o seu conhecimento dos acontecimentos do passado” (Baer, 2001: sp). A memória torna-se, também assim, numa memória mais rica que promove novos elementos para uma compreensão mais ampla – e quem sabe mais real – do passado.

Referências bibliográficas

- Almeida, H. (2012). *A Sociedade dos Ecrãs: Entre Ver e Ser Visto*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Comunicação, Marketing e Publicidade. Lisboa: Universidade Católica. Retirado de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10843/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_A%20Sociedade%20dos%20Ecr%C3%A3s%20-%20Entre%20Ver%20e%20Ser%20Visto_Hugo%20Picado%20de%20Almeida%20FC%20H-UCP.pdf
- Andrade, B. (2012). Imagem e memória - Henri Bergson e Paul Ricoeur. *Revista Estudos Filosóficos*, 9, 136-150.
- Assmann, J. (2008). Communicative and cultural memory. In A. Erll & A. Nünning (Ed.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook* (pp. 109-118). Berlin; Nova Iorque: De Gruyter.
- Baer, A. (2001). Consuming History and Memory Through Mass Media Products. *European Journal Of Cultural Studies*, 4, 491-501.
- Barbosa, A. A. (2014). Protomemórias, Memórias e Metamemórias na Construção de Identidades. *Revista Antropológica*, 37, 427-430.
- Bergson, H. (1999). *Matéria e memória*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.



- Bergson, H. (2006). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins e Fontes.
- Bommas, M. (2011). *Cultural Memory and Identity in Ancient Societies*. London: Continuum International Publishing Group.
- Candau, J. (2012). *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto
- Candau, J. (2009). Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*, 1(1), 43-58.
- Candau, J. (2008). *Memoria e Identidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol.
- Costa, P., Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). O Ecrã Global. *Revista de Estudos da Comunicação*, 17, 129-132.
- Davis, H. (2004). *Understanding Stuart Hall*. London: Sage Publications.
- Deleuze, G. (1999). *A imagem-tempo. Cinema 2*. Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense.
- Dijck, J. V. (2007). *Mediated Memories in the Digital Age*. Stanford: Stanford University Press.
- Garde-Hansen, J., Hoskins, A. & Reading, A. (2009). *Save As... Digital Memories*. London: Palgrave Mcmillan.
- Garde-Hansen, J. (2011). *Media and Memory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gastaldo, É. (2008). Goffman e as relações de poder na vida Cotidiana. *Rbcs*, 23(68), 149-199.
- Goffman, I. (2002). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Editora Vozes. Petrópolis.
- Halbwachs, M. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University Chicago Press.
- Halbwachs, M. (2004a). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Halbwachs, M. (2004b). *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Antropos.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pósmodernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hall, S (1996). The Question of Cultural Identity. In S. Hall, D. Held, D. Hubert & K. Thompson, *Modernity - An introduction to Modern Societies* (pp. 596-632). New Jersey: Wiley-Blackwell
- Hall, S. (1994). Cultural identity and diaspora. In P. Williams & L. Chrisman, *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader* (pp.227-237). London: Harvester Wheatsheaf.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2007). *O Ecrã Global*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2008). *A cultura-mundo: a resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições 70.



Menezes, U. B. de. (1984). Identidade Cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 20. Retirado de http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pesq=identidade%20cultural%20e%20patrimonio%20arqueologico

Menezes, U. B. de. (1992). A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 34, 9-23.

Meyers, O., Neiger, M., Zandberg, Hoskins, Sutton, J. (2011). *On Media Memory: Collective Memory in a New Media Age*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan

Mirzoeff, N. (2003). *Una introducción a la cultura visual*. Barcelona, Espanha: Paidós.

Neves, P. (1999). *Henri Bergson - Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.

Neves, W. (2012). Resenha de Lipovetsky, Gilles & Serroy, Jean. A. Tela Global: Mídias Culturais e Cinema na Era Hipermoderna. *Revista Aedos*, 10(4), 173-175

Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Revista de Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.

Portelli, A. (2006). O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In J. Amado & M. Ferreira, *Usos e Abusos da História Oral*. Editora FGV: Rio de Janeiro.

Weber, R. & Pereira, E. (2010). Halbwachs e a Memória: Contribuições à História Cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*, 3 (1) 104-126.

Rodrigues, D. (2011). Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Ubimuseum*, 1, 1-8.

Santos, M. J. (2015). Os Tempos Hipermodernos, Segundo Gilles Lipovetsky. *Revista Artciencia.Com*, 18, sp.

Silveira, J. A. & Grecco dos Santos, R. C. (2016). História oral e memória: construindo novas fontes de pesquisa sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969). *Momento*, 25(2), 79-97.

Thompson, J. (2005). The New Visibility. *Theory, Culture & Society*, 22(6): 31-51.



Ana Oliveira é licenciada em Ciências da Comunicação com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É mestre em Marketing, com especialização em Indústrias Criativas, pelo Instituto Universitário da Maia. Desenvolve, atualmente, tese de Doutoramento na área da Literacia Mediática e da Criatividade no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, bolsa com a referência SFRH/BD/126433/2016.

✉ anaf.oliveira.j@gmail.com